

Metrópole



Saúde
Rótulos terão aviso para alérgicos; pacientes comemoram. Pág. A19

Administração. A apropriação comercial da área pública é alvo de representação no Ministério Público, que pediu à Prefeitura um levantamento da situação de todos os parklets existentes na cidade; gerente diz que não tem como impedir o uso do espaço

Restaurantes de SP transformam minipraças em 'puxadinho' para clientes

Vivian Codogno

Bares e restaurantes de São Paulo têm usado os parklets – estruturas móveis formadas por bancos, mesas e plantas que devem funcionar como uma extensão das calçadas – como parte de seus estabelecimentos. O Estado verificou a prática, considerada irregular pelo Decreto Municipal 55.045, que regulamenta a implementação dos espaços, em quatro parklets, no sábado passado. Ao todo, a cidade tem 29 desses equipamentos.

A apropriação comercial é alvo de representação no Ministério Público de São Paulo, que solicitou à Prefeitura um levantamento da situação de todos os parklets e deu 30 dias para o governo se manifestar. A denúncia em questão é contra o restaurante Tenda do Nilo, na Rua Oscar Porto, nos Jardins, zona sul.

No último sábado, a fila de espera do restaurante estava toda acomodada no parklet à frente. Nas mesas da estrutura, cardápios indicavam que era possível consumir ali. Um atendente orientava os clientes a fazerem o pedido no balcão, mas logo os quibes, único petisco servido fora do restaurante, chegavam para quem estava no parklet.

“Não podemos impedir que as pessoas esperem sentadas ali”, disse a gerente da Tenda do Nilo, Mouna Insper. “Estamos descobrindo aos poucos o que pode e o que não pode, por isso vamos restringir pratos e copos do restaurante no lado de fora.”

Para o secretário executivo do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, Henrique Frota, a utilização comercial dos parklets, mesmo quando não impede o acesso ao público em geral, configura uso indevido do equipamento. “Uma vez instalado, o parklet passa a ser uma extensão da calçada para uso de pedestres. (Quando há uso comercial), inevitavelmente há um constrangimento social pa-



Serviço. Clientes do Pita Kebab, em Pinheiros, tomam cerveja no parklet instalado na frente do estabelecimento

Infrator pode ser multado por uso privado de espaços

● A apropriação comercial ou em benefício privado de espaços públicos, como acontece com alguns parklets na cidade de São Paulo, é prevista pelo Código Civil e pelos estatutos de bens municipais de cada cidade, porém, desde que haja uma concessão de uso, que é o caso de bancas de jornal ou restaurantes que

ra quem não vai consumir, por mais que não seja restritivo. É uma forma sutil de privatização do espaço público.”

Após a refeição no restaurante Pita Kebab, em Pinheiros, na zona oeste, a veterinária Andrea Marques tomava uma cer-

colocam mesas na calçada. A implementação desses dispositivos pode ser permitida após uma análise prévia do entorno feita pela Prefeitura.

Para o secretário executivo do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, Henrique Frota, porém, o decreto que regulamenta os parklets deixa claro que não se trata de atividade regular os casos apontados pela reportagem. “O decreto exclui a apropriação do espaço pelo mantenedor. A privatização da estrutura é claramente irregular, não permitida.”

veja sentada no parklet da Rua Francisco Leitão. Ao lado, clientes eram servidos pelos garçons após registrarem os pedidos no balcão. “É bem legal poder consumir aqui e gosto do conceito dos parklets. São espaços públicos, não é?”, observou Andrea,

A punição para os comerciantes que descumprirem as diretrizes de uso dos parklets é uma multa determinada pela Subprefeitura na qual está instalado.

O conceito dos parklets, uma brincadeira com dois termos em inglês – parking, que significa estacionar, e parks, o equivalente a parques – surgiu nos Estados Unidos e foi trazido para o Brasil pela ONG Instituto Mobilidade Verde em 2013. São minipraças móveis e temporárias, com permissão de permanência que varia entre 2 e 3 anos. /v.c.

ao ler a placa obrigatória, em que estava escrito: “Este é um espaço público acessível a todos. É vedada, em qualquer hipótese, sua utilização exclusiva, inclusive por seu mantenedor”.

O proprietário do Pita Kebab, Piero Mattos, disse que há uma

orientação expressa para que os funcionários não sirvam clientes nos parklets. O caso observado pelo Estado foi, segundo ele, isolado.

Quem passa na frente do restaurante espanhol La Bodeguita, na Alameda Tietê, nos Jardins, zona sul, logo é convidado a provar um dos petiscos mais tradicionais do local, as tapas. Uma recepcionista direciona os interessados para o parklet à frente e os serve. Em seguida, oferece o cardápio.

O proprietário do restaurante, Ricardo Arias, explica que essa não é uma prática comum, mas discorda do decreto que impede o uso comercial da estrutura. “É injusto. As pessoas passam e se acomodam. Por que não podemos servi-las se quiserem consumir?” O empresário diz, porém, que não restringe o acesso do público ao parklet.

Na Hamburgueria Nico, no Ipiranga, zona sul, é possível fa-

PARA LEMBRAR

Debate causou polêmica

Em 2009, durante a gestão do prefeito Gilberto Kassab (PSD), a discussão da utilização do espaço público em benefício do comércio em São Paulo causou polêmica. Na ocasião, fiscais de sete subprefeituras da cidade receberam o poder de multar estabelecimentos que não cumprissem a lei municipal Programa do Silêncio Urbano, conhecida popularmente como lei do psiu.

A diretriz restringe o funcionamento de bares e restaurantes sem isolamento acústico para além da 1 hora e a abertura antes das 5 horas, além de exigir a retirada das mesas das calçadas nesses horários.

zer o pedido e pagar a conta sem sair do parklet da Rua Cisplatina. Os clientes podem escolher entre sentar ali, na lanchonete ou nas mesas na calçada – tudo oferecido pelo garçom. O gerente Tiago Araújo Aguiar afirmou que alguns clientes pedem o atendimento no espaço. “Mesmo sendo raro, o certo seria não servir nem assim.”

Vistoria. A fiscalização dos equipamentos é de responsabilidade da Secretaria de Coordenação das Subprefeituras. Em nota, a pasta informou que as Subprefeituras do Ipiranga, de Pinheiros e da Vila Mariana farão, nos próximos dias, vistoria nos endereços apontados.

Facebook.
Curta a página do Metrôpole

facebook.com/metropoleestado

Manifestação

GRUPO PROTESTA CONTRA FOIE GRAS

Ato pede sanção de lei que veta alimento

Paula Felix

Defensores dos animais fizeram ontem um ato na frente da Prefeitura de São Paulo para pressionar o prefeito Fernando Haddad (PT) a sancionar o Projeto de Lei 537/2013, que proíbe o comércio de peles de animais e de foie gras, patê de fígado de gansos alimentados à força.

Com cartazes e máscaras representando animais, os manifestantes fizeram um ato silencioso na porta da Prefeitura. À tarde, representantes dos ativistas tiveram uma reunião com o prefeito e entregaram um abaixo-assinado com 95 mil assinaturas solicitando a sanção. Também debateram sobre as crueldades às quais os animais são submetidos.

“Essa atividade está sendo abolida em vários países”, afirmou o coordenador nacional de grupos da Socieda-

de Vegetariana Brasileira, Ricardo Laurino. O vereador Laércio Benko (PHS), autor do projeto de lei, cumprimentou os manifestantes e não demonstrou confiança em relação à sanção da lei. “Estou um pouco pessimista por causa de alguns sinais que o prefeito deu. Se ele fosse sancionar, já teria me chamado para uma conversa.”

Benko diz que a importância do projeto ultrapassa as fronteiras da cidade. “São Paulo é uma referência nacional. O que acontece aqui é replicado para todo o País. Muitos chefs me condenaram, mas o boi, por exemplo, sofre no momento do abate. No caso do foie gras, o animal tem uma vida de sofrimento e isso não é necessário.”

Ativista do Move Institute, Danielle Simões, de 28 anos, foi ao local para se posicionar pelo fim do uso das peles de animais. “Grande parte da população é contra esse comércio. A indústria já desenvolveu produções mais ecológicas”, afirmou.



Vestidos sob medida. Ativistas usaram cartazes e máscaras representando animais

Reunião. Por volta das 11h30, uma comissão foi recebida pelo secretário municipal de Relações Governamentais, Alexandre Padilha. Ele explicou que o projeto está sendo avaliado pela Secretaria de Negócios Jurídicos. “Tem um momento de aná-

lise jurídica e isso está sendo feito. A Prefeitura é sensível quanto à questão e também a proibir o sofrimento dos animais.”

A atriz e apresentadora Luísa Mell participou do ato e falou sobre a reunião com Haddad. “A conversa foi boa. A gente es-

tá com esperança de sensibilizar o prefeito.”

Haddad também ressaltou que a questão está em análise. “Achei bom recebê-los, porque terei a oportunidade de ler o parecer da OAB. Já li o parecer da Procuradoria-Geral do Municí-

PARA ENTENDER

Debate até nos EUA

A produção de foie gras encontra-se proibida em diversos países, incluindo Alemanha, Argentina, Áustria, Dinamarca, Finlândia, Holanda, Inglaterra, Irlanda, Israel, Itália, Polônia, Suécia, Suíça e Turquia. As últimas polémicas envolveram o Estado da Califórnia, nos Estados Unidos, onde há normas de veto há 11 anos. No ano passado, a regra foi confirmada pela Suprema Corte americana, mas em janeiro um juiz de Los Angeles chegou a suspender a proibição. Houve apelação em fevereiro.

pio. Estou sensibilizado com a questão e não nego. Tem a questão ética de um lado, que me parece relevante e ninguém tolera esse tipo de coisa, mas tem a questão jurídica, em que, talvez, a lei caia ou suspenda os efeitos.”